

1 **ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA 6ª -**  
2 **REGIÃO - PARANÁ, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2015.**

3 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e quinze, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária do  
4 Conselho Regional de Economia, em sua sede própria, situada à Rua Professora Rosa Saporiski, 989,  
5 Mercês, Curitiba - Paraná, sob a presidência do Economista Sérgio Guimarães Hardy, com a presença dos  
6 Conselheiros Efetivos: Andrea Cristhine Prodohl Kovalczuk, Antonio Agenor Denardi, José Augusto  
7 Soavinski, Marcos Kruse, Maria de Fátima Miranda, Maurício Cadenas Prado e Ronaldo Antunes da Silva,  
8 dos Conselheiros Suplentes: Celso Bernardo, Luis Alberto Ferreira Garcia, Paulo Rogério Alves Brene,  
9 Silvana Busnello Vaz e Solidia Elizabeth dos Santos. Justificaram ausências, as quais foram acatadas pelo  
10 Plenário o Vice-Presidente Eduardo Moreira Garcia, por motivo de compromissos profissionais, a  
11 Conselheira Efetiva Angeliz Cristiane de Lima Suckow, por motivo de compromissos profissionais, o  
12 Conselheiro Efetivo Carlos Magno Andrioli Bittencourt, por motivo de ministrar aula na Universidade, o  
13 Conselheiro Efetivo Celso Machado, por motivo de compromissos profissionais. Conforme prevê o  
14 Regimento Interno do CORECONPR, em seu Art. 8º, parágrafo 1º, os Conselheiros Efetivos ausentes serão  
15 substituídos pelos Conselheiros Suplentes presentes, por designação do Presidente, ouvido o Plenário.  
16 Assim, passam à condição de efetivos, somente para referida sessão os Conselheiros Suplentes Celso  
17 Bernardo, Luis Alberto Ferreira Garcia, Paulo Rogério Alves Brene e Silvana Busnello Vaz. Contando  
18 ainda com a presença do Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega, do Conselheiro Vitalício Ario  
19 Tabora Dergint, do ex-presidente Luiz Antonio Rubin, do gerente executivo do CORECONPR, Amarildo  
20 de Souza Santos, do assessor jurídico do CORECONPR, Rafael Souza Moro, do assessor da presidência  
21 Gilberto Coelho de Miranda Junior e das assessoras de imprensa Sandra Santos e Inês Dumas, além pré-  
22 candidatas a presidência do COFECON em 2016, Econ. Julio Miragaya, Vice Presidente do COFECON e  
23 do Econ. Luiz Alberto Aranha Machado, Conselheiro Federal. **1 - ABERTURA DO PRESIDENTE DO**  
24 **CORECONPR:** Às dezessete horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declara aberta a sessão, tendo  
25 atingido o número regimental de Conselheiros presentes, passando a leitura da pauta da referida reunião.  
26 Inicialmente agradece as presenças dos conselheiros, demais convidados e passa a relatar os informes do  
27 Presidente. Devido ao atraso no voo os pré-candidatos a presidente do COFECON ainda não se fazem  
28 presentes no Conselho, relata que previamente combinado com os candidatos, esse debate ocorrerá em  
29 torno de duas horas. O presidente faria comentários sobre o encerramento do XXI CBE 2015, mas deixará  
30 de falar pela extensa pauta na ordem do dia. **2 – ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DO COFECON EM**  
31 **2016** O Senhor Presidente abre a Plenária para a realização e filmagem do debate entre os prováveis  
32 candidatos a presidência do COFECON em 2016, Julio Miragaya e Luiz Aranha Machado, convidando-os a  
33 apresentarem suas propostas. Anteriormente acordado com as assessorias dos candidatos, estipulou-se o  
34 tempo de cinquenta minutos para exposição das propostas, vinte minutos para responder as perguntas  
35 formuladas pela Plenária e dez minutos para as considerações finais. O Presidente realizou leitura do e-mail  
36 endereçado aos candidatos, aos conselheiros efetivos e suplentes, aos ex-presidentes do CORECONPR e  
37 aos funcionários do CORECONPR envolvidos nesta Plenária. Citou e agradeceu a presença do ex-  
38 presidente Luiz Antonio Rubin, por sua contribuição e profissional de mediação e arbitragem. Após efetuou  
39 a leitura das regras do debate, previamente acordadas entre os envolvidos. Citou que, com a ajuda do  
40 Presidente atual do sistema COFECON, encaminhou três principais quesitos para explanarem: 1) Quanto à  
41 federalização, se os candidatos acham justos e o que modificariam? 2) Qual propostas na oferta para a  
42 modificação dos cursos de economia buscando reverter a queda por sua procura no geral. 3) Discorrer sobre  
43 o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional, onde, em linhas gerais abrangeria e autorizaria os  
44 CORECONs a efetuar registros de outros profissionais que não fossem de Economia. Após o debate com as  
45 exposições dos dois candidatos, será concedida a palavra à Plenária. Por votação a Plenária indicará em  
46 qual candidato o CORECONPR apoiará na eleição do COFECON. Pelo fato do candidato Julio Miragaya  
47 ainda não haver entrado nas dependências do CORECONPR, estando em trânsito até o local, a plenária  
48 sugeriu que comessem pelo outro candidato, Sr, Luiz Alberto Aranha Machado. Antes de sua fala, em  
49 síntese, a transcrição de suas propostas: “Plenamente alinhados com a nossa **Missão** de “contribuir para o  
50 desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista”,  
51 da **Visão** de “ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o

52 desenvolvimento econômico com justiça social” e dos **Objetivos Estratégicos** nas perspectivas da  
53 Sociedade, dos Beneficiários, dos Processos Internos e de Crescimento e Aprendizagem, gostaríamos de  
54 destacar os seguintes pontos de nossa proposta de trabalho: 1.Fortalecimento do Sistema Cofecon-  
55 Corecons. Embora o discurso seja quase sempre em nome do Sistema Cofecon-Corecons, a realidade tem se  
56 mostrado distante disso, com posições intimidadoras perante Conselhos menores e atitudes diferenciadas no  
57 que se refere, entre outras coisas, à cobrança compartilhada das anuidades e ao fornecimento sistemático da  
58 relação de filiados. Somos de opinião que a nossa categoria, em função da crescente redução da procura  
59 pelas vagas de nossos cursos e filiação cada vez menor de novos economistas, mesmo unida, já teria  
60 dificuldade de alcançar hoje a representatividade de outros tempos. Desunida e sem a articulação de todo o  
61 Sistema, então, essa representatividade se torna ainda menor. Nesse sentido, a uniformidade de atitudes e a  
62 ação do Cofecon para a promoção de todos os Conselhos Regionais são absolutamente fundamentais não  
63 apenas para continuarmos com nossas frentes de trabalho atuais, mas, sobretudo, para uma recuperação do  
64 alcance de atuação da categoria – e dos Cursos de Economia. Aperfeiçoamento dos processos operacionais  
65 e administrativos; Com o objetivo de apoiar os Conselhos Regionais na prestação de serviços aos  
66 economistas e à sociedade, é necessário continuar modernizando e aperfeiçoando nossos processos e  
67 padrões de serviços, quer por meio da melhor capacitação e valorização do quadro de colaboradores, quer  
68 por meio da introdução de melhores práticas de gestão, processos colaborativa e aí incluída, evidentemente,  
69 a área de inteligência de dados e tecnologia. Posicionamento frente à conjuntura político-econômica do  
70 País. O Cofecon (assim como muitos dos Conselhos Regionais) tem sido sistematicamente criticado por sua  
71 posição tacaña diante dos graves problemas que o Brasil vem enfrentando. Ainda que tenha se  
72 manifestado, esporadicamente, de tempos em tempos, é imprescindível uma tomada de posição mais  
73 sistemática, com vistas à correção de rumos e à promoção do desenvolvimento socioeconômico do País,  
74 que deve ser independente de preferências político-partidárias e ter sempre em perspectiva a existência de  
75 um planejamento estratégico digno deste nome, servindo-se da articulação com outras instituições de  
76 respeito e visibilidade pública, para a divulgação por todos os meios que temos à disposição.  
77 Acompanhamento e ampliação dos cursos de Ciências Econômicas; Embora não seja sua atribuição direta,  
78 o Cofecon deve estar atento ao desempenho dos cursos de Ciências Econômicas de todo o País. Tal  
79 acompanhamento deve ser realizado através da observação atenta dos resultados das avaliações periódicas  
80 realizadas pelo Ministério da Educação (ENADE), trabalhando em colaboração com os Conselhos  
81 Regionais que realizam ações nesse objetivo e apoiando os coordenadores de cursos. Deve, também,  
82 dialogar com entidades que desempenham esse tipo de atividade, como a Associação Nacional dos Cursos  
83 de Graduação em Economia (ANGE). Não menos importante deverá ser o esforço para a criação/recriação  
84 de cursos de Economia, presenciais e à distância, de forma combinada com as ações de difusão da profissão  
85 junto a alunos do ensino médio; Atração de novos filiados. É de fundamental importância, diante do  
86 processo de esvaziamento de boa parte dos Conselhos Regionais, que o Cofecon lhes dê apoio nas ações  
87 visando a captação de novos filiados, quer de pessoas físicas, quer de pessoas jurídicas. Além do já  
88 mencionado aperfeiçoamento dos processos administrativos e de fiscalização, esse objetivo deve ser  
89 realizado por meio da preparação de materiais que podem ser disponibilizados para os Regionais e pela  
90 ampliação dos estímulos representados pelas ações já realizadas, tais como as premiações às melhores  
91 monografias e a promoção da Gincana da Economia. Ação permanente em defesa dos profissionais  
92 economistas; Tais ações devem abranger todas as formas de geração de oportunidades de trabalho para o  
93 profissional economista, envolvendo, de um lado, o exame dos editais para concursos públicos, que muitas  
94 vezes omitem o economista em cargos ou funções que fazem parte das atribuições exclusivas ou  
95 compartilhadas previstas em nossa legislação, e, de outro, apoio aos regionais que atuam diretamente nos  
96 órgãos municipais e estaduais visando a criação ou ampliação de cargos destinados aos economistas. É  
97 necessária também uma agenda proativa com a realização de visitas a ministros de Estado, presidentes do  
98 banco do Brasil, BNDES e Banco do Nordeste buscando expandir o mercado de trabalho nas áreas de  
99 projetos e consultoria. “O mesmo pode ser feito nos estados e municípios acompanhando os presidentes dos  
100 Conselhos Regionais.” Com a palavra Sr. Luiz Alberto Aranha Machado que agradece ao presidente Sergio  
101 Hardy pela iniciativa inédita (neste íterim adentra o outro candidato, Sr.Miragaya; cumprimenta a Plenária  
102 e se ausentou da sala). Retomando a palavra o candidato Machado que havia informado que no XXI CBE

103 não teria conotação política nos bastidores, e que, portanto, não aceitou de imediato sua indicação.  
104 Submeteu ao CORECONSP e chamou o representante do Estado do Pará, Econ.Eduardo da Costa para  
105 compor a chapa. Citou na Plenária a divisão que o CORECON/PA possui em suas fileiras e os problemas  
106 que lá ocorrem. Citou que a proposta desta chapa formada vem desde 2013 onde ele mesmo havia sido  
107 vice-presidente e interinamente exerceu o cargo de presidente por diversas vezes naquele ano. No ano  
108 seguinte seria conduzido a presidência, mas temendo problemas como mandados de segurança, e outros  
109 mais, optou em declinar o pleito, inclusive citando o conselheiro federal Odisnei Bega que acompanhou de  
110 perto esse desfecho à época. Nas propostas de hoje, após a dita “tranquilidade ao sistema” atualmente,  
111 expõe que dará continuidade ao trabalho e sequência ao planejamento estratégico. Citou a Missão, a Visão e  
112 os Valores do COFECON (vide site). Em suas propostas abordará seis principais temas. O primeiro dá  
113 conta do fortalecimento do sistema COFECON/CORECONs, que hoje na prática é diferente, até  
114 intimidatório aos Conselhos menores. A federalização sugerida nas perguntas da Plenária, seu vice tem um  
115 enfoque diferente do dele: a aplicação de 27 conselheiros, um por Estado. Hoje é representativa e, por  
116 conseguinte, mais viável. Com 27 representantes ampliaria a possibilidade dos Estados com maior  
117 representatividade aumentar para mais de quarenta cadeiras, o que oneraria e muito o COFECON. Sua  
118 proposta é manter as vagas como estão com alguns pequenos ajustes, citou, por exemplo, o  
119 CORECON/AM. Outro ajuste seria realocar o CORECON/ES, que já não está na região sudeste, faz parte  
120 da Nordeste, mas perfeitamente seria transferida para a região norte. Quanto à federalização e  
121 representação, em síntese: ampliar – Não, reduzir – Não. Diz-se contra as diferenças de comportamento  
122 entre os Conselhos no tocante ao compartilhamento de repasses. É contra. Sua tese, o que vale para um,  
123 vale para todos. Prega um sistema unificado dos conselhos e todos têm por excelência, apresentar as  
124 informações ao COFECON. Não podemos diminuir, precisamos crescer. O segundo tópico aborda o  
125 aperfeiçoamento dos processos, contra a atual obsolência dos processos, uma maior capacitação na gestão  
126 de pessoas e equipamentos e dados tecnológicos, alguns até mais que outros, citando os Conselhos  
127 menores. Na Comissão de Educação, a Continuidade ao Prêmio Brasil de Economia e Gincana Nacional,  
128 instituir Prêmio de Economia para Ensino Médio e curso de Educação Financeira nas escolas. Relações  
129 com universidades, ANPEC e ANGE e MEC. Negociar a reabertura de cursos de graduação e melhorar  
130 relação com os docentes. Estruturar presença dos CORECONs nos cursos de economia ao final do 1º  
131 semestre para mensagem de estímulo à persistência no curso. Para a Comissão de Comunicação e Eventos  
132 um fortalecimento e consolidação da área de comunicação, com melhoria da revista, tornar a revista  
133 “Economistas” trimestral e buscar patrocínio objetivando elevar a tiragem de 10.000 para 50.000  
134 exemplares. Realização de almoços com jornalistas da área econômica, instituir Conselho Editorial de  
135 “Notáveis” e criar rede de assessores de comunicação COFECON/CORECONs. Comissão de  
136 Desenvolvimento Regional efetuar a realização de debates sobre a questão regional, inclusive nos  
137 Encontros Regionais e CBEs ; elaborar e editar livro sobre desenvolvimento regional em parceria com o  
138 Ministério da Integração Nacional. Apoio aos CORECONs, Manutenção dos despachos executivos com os  
139 Corecons nos Encontros Regionais, melhorar os apoios com base em indicadores de qualidade na gestão  
140 (meritocracia), manutenção do apoio aos eventos realizados pelos Corecons (Prêmios, Encontros Regionais,  
141 Simpósios e Congressos). Debater a instituição de apoio (inclusive financeiro) aos Corecons com menor nº  
142 de ECVs nas áreas jurídica e contábil e apoio nas relações com o Banco do Brasil. Criar GT para identificar  
143 imóveis da União (SPU) para serem disponibilizados para Corecons e apoiar cursos de capacitação  
144 profissional para economistas. Nas Parcerias com Entidades de Economistas a consolidação de parcerias  
145 com a FENECON, AEB e outras entidades, ampliar participação nos Encontros Associação Nacional de  
146 Economistas América Latina (AEALC) e discutir a realização de futuro Encontro da AEALC no Brasil.  
147 Para a Parceria com os estudantes: o restabelecimento das relações com a Federação Nacional dos  
148 Estudantes de Economia (FENECO), apoiar fortemente a realização dos Encontros Estudantis (ENECO),  
149 apoiar a implantação do Corecon Acadêmico nos 27 Corecons e apoiar a criação de Empresas Júnior nas  
150 faculdades de economia. O candidato também citou a conjuntura econômica do país, e o COFECON tem  
151 posição até tímida aos fatos recentes, o que se tem feito está aquém do esperado, tudo o que é trazido ao  
152 COFECON é discutido em plenárias; apresenta-se o tema e realiza-se o debate de forma séria,  
153 fundamentada e totalmente apartidária. No quarto item, Machado vê a situação dos cursos de Ciências

154 Econômicas, o COFECON não é o responsável por isso, sugere e frisa a atuação dos Conselhos regionais, e  
155 o apoio do COFECON nas premiações das monografias, gincana nacional, a indicação de nomes para as  
156 semanas acadêmicas, congressos da ANGE, nesta não atuando diretamente, mas colaborando. Estuda  
157 ampliação dos cursos de economia em faculdades, inclusive no ensino à distância apoiando os Conselhos  
158 Regionais nesse serviço. O candidato também citou a conjuntura econômica do país, e o COFECON tem  
159 posição até tímida aos fatos recentes, o que tem-se feito está aquém do esperado, tudo o que é trazido ao  
160 COFECON é discutida em plenárias; apresenta-se o tema e realiza-se o debate de forma séria,  
161 fundamentada e totalmente apartidária. No quarto item, Machado vê a situação dos cursos de Ciências  
162 Econômicas, o COFECON não é o responsável por isso, sugere e frisa a atuação dos Conselhos regionais, e  
163 o apoio do COFECON nas premiações das monografias, gincana nacional, a indicação de nomes para as  
164 semanas acadêmicas, congressos da ANGE, nesta não atuando diretamente, mas colaborando. Estuda  
165 ampliação dos cursos de economia em faculdades, inclusive no ensino à distância apoiando os Conselhos  
166 Regionais nesse serviço. No quinto item trazido, cita mecanismos de atração por parte do COFECON para  
167 trazer novos registros tanto Pessoa Física quanto para Pessoa Jurídica no envio de materiais para regionais e  
168 premiações. Esses registros conforme estatuto (item 1) é exclusivo aos bacharéis formados em Economia,  
169 acontece que no item 16 pode ser aplicada em outros cursos com nomenclatura diferente, mas que cuja  
170 grade curricular atenda aos pré-requisitos das Ciências Econômicas, por exemplo: ‘relações econômicas,  
171 ciências empresariais, marketing com conteúdo de economia’. No sexto item trazido, o candidato cita e  
172 deseja manter a ação permanente do COFECON nas atividades dos economistas, na fiscalização de  
173 concursos e afins, sugere um trabalho junto a lideranças, a políticos e órgãos de relevância, citou o Banco  
174 do Nordeste, com acompanhamento em editais de concursos. Feito isto, agradeceu mais uma vez ao  
175 presidente Sergio Hardy e a oportunidade dada para exposição das ideias. O presidente retomou o rito  
176 sugere conduzir um pouco diferente do que previamente acordado entre os candidatos, por poucas  
177 perguntas colocadas, sugere que alterará e o candidato leve mais uns vinte minutos e depois mais uns dez.  
178 Solicitou as perguntas por escrito da Plenária, nominou um a um os conselheiros se encaminhariam ou não  
179 as questões, ele próprio formulou uma questão. Iniciando pelo conselheiro Antonio Agenor Denardi. A  
180 pergunta dele seria qual a posição do candidato Machado em relação de não graduados em economia  
181 poderem ser registrados nos CORECONs. O candidato respondeu e voltou ao ano de 1951 quando da  
182 entrada em vigor da legislação do Economista e vigente até os dias atuais. Expôs que o mundo mudou  
183 muito de 1951 até 2015, com muitos altos e baixos da profissão do economista, o surgimento de novos  
184 cursos, bons, mas com outras nomenclaturas. Prevê que registro de economistas no Conselho – só para  
185 economistas, e registro no conselho aos demais, desde que atendam regulamente os requisitos dos  
186 Conselhos. O conselheiro Antonio Agenor Denardi pergunta da possibilidade de registro apenas com  
187 mestrado e doutorado em economia; Machado propõe que isto não se decide aqui. Existe o SINCE para  
188 levar e aprovar ou não essa proposta, o que é perfeitamente normal, e mais, diz que vai voltar, não passa.  
189 Citou que em 1951 quando da lei não existiam sequer cursos de mestrado e doutorado em economia no  
190 país. Hoje é diferente, aquele que conclui essa fase tem uma maturidade maior do que o bacharel recém-  
191 formado, este deseja sim se tornar economista, pode-se vir a mudar, mas de qualquer maneira é assunto  
192 para se discutir no SINCE. O Conselheiro Vitalício Ario Taborda Dergint pergunta ao candidato de quando  
193 essa formação vier do exterior? É aceito? Prontamente Machado responde, que no caso dele não tiver a  
194 graduação em economia, não é, não será aceito. Para essas questões existe o SINCE, que poderá definir a  
195 legislação. O Conselheiro Vitalício Ario Taborda Dergint volta a perguntar se a posição do candidato é  
196 favorável à mudança; Ele (Machado) responde que sim, pois aquele que se forma em pós-graduação,  
197 mestrado em economia, deseja sim se tornar economista, por opção é maduro, tem condições de exercer a  
198 profissão e o COFECON erra em não autorizar, pois sem o registro não há fiscalização. O presidente chama  
199 o conselheiro Marcos Kruse. Este pergunta se ainda não é possível viabilizar uma chapa única com os dois  
200 candidatos. Machado responde que desde a sua saída em 2013, Paulo Dantas, atual presidente do  
201 COFECON, teria um compromisso com ele já para o ano seguinte. Mas não houve acordo e acabou por  
202 escolher o outro candidato – Julio Miragaya, e que o telefonou pedindo para não sair candidato naquele  
203 pleito. Mas que agora até achou estranho haver o lançamento da chapa do Miragaya. Para tomada de  
204 decisão levou até a Plenária do CORECONSP e à sua esposa e todos concordaram em lançar candidatura,

205 apesar de quem vota hoje, é quem vai sair no final do ano. Escolhem o novo mandatário, mas não participa.  
206 O presidente Hardy, parafraseando o candidato, diz: Unidos não somos muito (podemos), desunidos não  
207 somos nada, e essas duas chapas geram contradição porque o COFECON orienta aos CORECONs que  
208 tentem montar chapas de consenso, fortalecendo suas plenárias. Pergunta ainda se não considera esse fato  
209 de duas candidaturas, um erro. Não tentou em nenhum momento as unir? Pois as propostas são muito  
210 semelhantes. Antes não tinha muito contato com eles, mas depois do XXI CBE estreitaram-se os laços, os  
211 candidatos trabalharam muito, inclusive conseguindo patrocínios ao evento, e crê que deveriam fazer uma  
212 tentativa de união. Machado discorda da citação e não cre em desunião duas candidaturas. Se ele for  
213 derrotado no outro dia volta às atividades de conselheiro federal. Duas candidaturas fortalecem o sistema,  
214 os programas são semelhantes, mas em alguns pontos sim ocorrem divergências principalmente no cunho  
215 político. Citou a leitura da Carta de Curitiba ao final do XXI CBE que não houve votação por parte dos  
216 presidentes dos CORECONs. Foi um erro, admite a falha que, amiúde, acontecem, o interesse em colocar  
217 posições de cunho político existe, ele próprio o faz. Com duas candidaturas não enxerga a separação da  
218 categoria, em paralelo com o racha que existe no CORECON/PA, onde o sindicato e o conselho não  
219 participam. Quando um promove, o outro boicota o Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega é  
220 testemunha disso no último evento ocorrido naquele Estado, outro detalhe mencionado foi que observou em  
221 alguns Estados o sindicato e os conselhos praticamente às moscas. E como ficaria a posição daqueles que  
222 há mais de seis meses compuseram a chapa, aceitariam? Elogiou o conselheiro Eduardo do PA e também o  
223 conselheiro Róridan de MG, mas este não tem ambições no cunho do COFECON. O presidente da plenária  
224 acompanhou de perto o fato e até levou à Plenária Extraordinária do COFECON no dia seguinte ao fim do  
225 XXI CBE. Agradeceu ao empenho do candidato em vir à Curitiba. O conselheiro Luis Alberto Ferreira  
226 Garcia menciona que a carta de Goiânia não foi aprovada no SINCE, neste sentido, como tomar  
227 posicionamento diante de linhas de pensamento tão diferentes? Machado exemplificou o caso de consenso  
228 no Brasil. Por exemplo, todos querem a reforma tributária, mas até onde existe consenso? As cartas ao final  
229 dos congressos podem ser assim e, por conseguinte e conversando, chegar a um consenso, rediscutir a Carta  
230 e até chegar a um denominador comum. Machado presidiu o XX CBE em Manaus, leram item por item na  
231 Plenária, antes de sua aprovação. Citou alguns dos trabalhos que realizou com o Economista João Paulo de  
232 Almeida Magalhães, de posições divergentes das suas, mas o trabalho saía. As Plenárias tem esse poder  
233 também, em muitos casos as cartas que chegam não são as mesmas que saem. Houve sim, palavras dele,  
234 condições partidárias na carta de Curitiba. O presidente Hardy orienta o candidato para as suas  
235 considerações finais. Machado mais uma vez agradece o comparecimento de todos na Plenária, se diz feliz  
236 de ter tido a oportunidade de trabalhar todos esses anos, e se sair do Conselho, acompanhará de perto.  
237 Quanto ao trabalho desta plenária, fará um *benchmarking*. Positiva iniciativa e sua visão e campanha  
238 apenas fortalecerá o sistema, nunca negou suas origens, sempre defendendo as cores do CORECON/SP, e  
239 quando assuntos divergentes a seus ideais eram colocados em votação, à presidência que estivesse em  
240 posição contrária às suas, as acatasse e se abstevesse na hora do voto. E que com essas duas candidaturas em  
241 jogo, não tiram a união do COFECON, MUITO OBRIGADO. (aplausos). Em seguida o segundo candidato,  
242 Economista Júlio Miragaya, pela ordem e tempo, iniciou a exposição das suas propostas à Plenária.  
243 Prometeu dar sequência às ações da atual gestão; negociar, implementar e aprovar o PLS nº658/07;  
244 conclusão da obra da nova sede (12º andar Ed. Palácio do Comércio, conseguido junto a SPU); melhorar as  
245 instalações e fazer a melhor locação do 5º andar do Edifício Palácio do Comércio, atual sede.  
246 Aperfeiçoamento profissional e melhoria das relações de trabalho com o corpo funcional; avançar na  
247 consolidação do ACT com os funcionários; realizar novo encontro gerencial do Sistema em 2016, fazer a  
248 consolidação financeira do COFECON e ampliar seu saldo financeiro; fortalecimento e integração das  
249 atividades das comissões de trabalho; promover participação da Presidência do COFECON em reuniões  
250 plenárias dos CORECONs. Na Comissão de Tomada de Contas, uma rigorosa conferência da regularidade  
251 das despesas e controle interno do Sistema, criando um comitê permanente de acompanhamento. Para a  
252 Comissão de Licitação, uma regularidade na aquisição de bens e serviços; na Comissão de Planejamento  
253 Estratégico a efetivação do planejamento estratégico do COFECON, e incorporar presidentes das demais  
254 comissões entre seus membros. Criar modelo de gestão baseado na meritocracia (indicadores/metras).  
255 Permanente aperfeiçoamento do setor de TI; Aprofundar o debate sobre a melhoria do sistema. A

256 permanente revisão e atualização de normas e procedimentos, assim como da legislação. Na Comissão de  
257 Fiscalização e Registro Profissional, o acompanhamento da fiscalização no Sistema. Buscar ampliar  
258 número de registros e apreciação de processos sobre a atividade profissional. Dar condições e cobrar mais  
259 fiscalização. Estudar o “registro” de novas “profissões”, difundir dados que evidenciem nosso prestígio  
260 profissional (ENAP). Comissão de Política Econômica – a consolidação do COFECON como referência no  
261 debate econômico nacional, criar Departamento de Estatísticas e Estudos Econômicos (um economista e  
262 dois estagiários, de economia e de estatística) para subsidiar CPE. Na Comissão de Educação, a  
263 Continuidade ao Prêmio Brasil de Economia e Gincana Nacional, instituir Prêmio de Economia para Ensino  
264 Médio e curso de Educação Financeira nas escolas. Relações com universidades, ANPEC e ANGE e MEC.  
265 Negociar a reabertura de cursos de graduação e melhorar relação com os docentes. Estruturar presença dos  
266 CORECONs nos cursos de economia ao final do 1º semestre para mensagem de estímulo à persistência no  
267 curso. Para a Comissão de Comunicação e Eventos um fortalecimento e consolidação da área de  
268 comunicação, com melhoria da revista, tornar a revista “Economistas” trimestral e buscar patrocínio  
269 objetivando elevar a tiragem de 10.000 para 50.000 exemplares. Realização de almoços com jornalistas da  
270 área econômica, instituir Conselho Editorial de “Notáveis” e criar rede de assessores de comunicação  
271 COFECON/CORECONs. Comissão de Desenvolvimento Regional efetuar a realização de debates sobre a  
272 questão regional, inclusive nos Encontros Regionais e CBEs ; elaborar e editar livro sobre desenvolvimento  
273 regional em parceria com o Ministério da Integração Nacional. Apoio aos Corecons; Manutenção dos  
274 despachos executivos com os Corecons nos Encontros Regionais, melhorar os apoios com base em  
275 indicadores de qualidade na gestão (meritocracia), manutenção do apoio aos eventos realizados pelos  
276 Corecons (Prêmios, Encontros Regionais, Simpósios e Congressos). Debater a instituição de apoio  
277 (inclusive financeiro) aos Corecons com menor nº de ECVs nas áreas jurídica e contábil e apoio nas  
278 relações com o Banco do Brasil. Criar GT para identificar imóveis da União (SPU) para serem  
279 disponibilizados para Corecons e apoiar cursos de capacitação profissional para economistas. Nas Parcerias  
280 com Entidades de Economistas a consolidação de parcerias com a FENECON, AEB e outras entidades,  
281 ampliar participação nos Encontros Associação Nacional de Economistas América Latina (AEALC) e  
282 discutir a realização de futuro Encontro da AEALC no Brasil. Para a Parceria com os estudantes: o  
283 restabelecimento das relações com a Federação Nacional dos Estudantes de Economia (FENECO), apoiar  
284 fortemente a realização dos Encontros Estudantis (ENECO), apoiar a implantação do Corecon Acadêmico  
285 nos 27 Corecons e apoiar a criação de Empresas Júnior nas faculdades de economia. O Senhor presidente  
286 agradece ao candidato Julio Miragaya o empenho e o esforço de estar presente na Plenária, o apresenta aos  
287 conselheiros, hoje como vice-presidente eleito do COFECON, ocupando interinamente a presidência, fez  
288 parte da Comissão Diretiva do XXI CBE, e ele tanto quanto o candidato Luiz Aranha Machado empenhou-  
289 se na boa execução do evento, inclusive auxiliando em contatos com patrocínios. Observou o fato de não  
290 trazer ao XXI CBE discussão politizada das eleições, além do sacrifício de estar nesta Plenária, vindo direto  
291 do aeroporto. O candidato Julio Miragaya agrade o convite, inicia o debate com suas informações pessoais,  
292 ocupa hoje o cargo de Diretor Técnico no SEBRAE em Brasília-DF, louvou a iniciativa do CORECONPR  
293 e encontra-se muito feliz com o XXI CBE, sua contribuição ajudou a coroar o sucesso do evento. Incluiu  
294 uma pergunta e juntou com a resposta: - Por que sou candidato ao COFECON? Primeiramente agradeceu  
295 ao presidente atual Paulo Dantas da Costa pelo convite no ano anterior a compor a chapa como vice, e  
296 sugeriu o seu nome para concorrer em 2016. Ficara lisonjeado e diz que expressa a opinião de um grupo de  
297 conselheiros federais. Em nossa Plenária já conhece alguns membros, alguns mais, outros menos. Têm 58  
298 anos, três filhos, natural do Rio de Janeiro RJ, está em Brasília há 24 anos, graduado e especializado na  
299 UFRJ e concluiu mestrado e doutorado na UnB. Quanto a experiência profissional iniciou trabalhando com  
300 o Economista João Paulo de Almeida Magalhães, homenageado no XXI CBE e que falecera há alguns dias,  
301 também trabalhou no Ministério de Integração Nacional na Amazônia, na Cia.de Planejamento do DF –  
302 CODEPLAN, lecionou em universidade em Brasília e atualmente está no SEBRAE. Miragaya explicou  
303 quanto a candidatura: Está preparado para ser Presidente do COFECON? Quais as condições? Em primeiro  
304 lugar que o cargo exige esta independência, a autonomia em relação a governos e entidades. Segundo passo  
305 são as disponibilidades de trabalho coletivo, representa um colegiado experiente. Terceiro: reúne condições  
306 técnicas para representar o COFECON na imprensa? E quarto a disponibilidade de tempo. Miragaya já

307 possui um plano de trabalho, elaborado já há três ou quatro meses antes, vem apresentar o instrumental e a  
308 elaboração de experiências. No plano de trabalho cita duas principais ações centrais. A primeira é a  
309 aprovação da PLS que tramita no Congresso Nacional, onde a Lei nº 1411/51 apresenta uma realidade  
310 muito diferente dos dias atuais, há exatos 64 anos atrás a realidade do Brasil era muito diferente de hoje, a  
311 população, cita, era ¼ menor e o PIB vinte vezes menor, a complexidade é diferente e essa realidade  
312 demanda na atualização da regulamentação da profissão de economista. O Presidente Paulo Dantas da  
313 Costa está se empenhando e muito nessa causa, e o candidato Miragaya quer dar continuidade a esse  
314 trabalho. O relator deste PLS é o Senador da República Exmo. Sr. Romero Jucá, que além de economista,  
315 possui muito trânsito entre as Comissões da Casa (Congresso Nacional), e diz da força menor do  
316 COFECON perante outros conselhos. A outra ação central é em relação a nova sede do COFECON em  
317 Brasília. Transferida do Rio de Janeiro desde 2001 ocupa hoje um espaço acanhado e agradece ao empenho  
318 da Secretaria de Patrimônio da União, através do Economista Piciteri que conseguiu um andar inteiro no  
319 décimo segundo andar do mesmo prédio onde hoje estão instaladas, as obras estão em andamento e contará  
320 com espaço para reuniões, o que hoje ainda não acontece na sede do COFECON. Esse fato ainda gerará  
321 uma receita adicional ao COFECON com a locação do espaço atual. O candidato Miragaya ainda prega a  
322 continuidade da atual gestão no que diz em relação a organização interna, os vinte funcionários hoje no  
323 sistema colaboraram e seu esforço apareceu no acordo coletivo de trabalho. Miragaya ainda citou a  
324 continuidade do encontro gerencial do sistema, citando nosso Gerente Executivo, Amarildo de Souza  
325 Santos, participante dos anteriores. Outro tópico é a consolidação financeira do COFECON, citando a obra  
326 de ampliação da sede com o custo de 1/3 do valor antes orçado e com capital próprio. Citou ainda o  
327 Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega participante da Comissão de Condições de Trabalho do  
328 COFECON, no fortalecimento desta comissão. Com a participação de vinte e um Estados nas eleições deste  
329 ano por meio eletrônico, seu esforço será no sentido de que já em 2016 seja ferramenta para todos os  
330 Conselhos. Outro detalhe relevante é que caso seja eleito Presidente, ele possa participar das plenárias dos  
331 CORECONS, esse contato direto é muito solicitado. Defende ainda a proporcionalidade de  
332 representatividade dos Conselhos, a proposta de um representante por Estado tornar-se-ia inviável na  
333 realidade atual; defende ainda que o ‘peso’ dos Conselhos de representações maiores assim permaneçam e  
334 os Conselhos de menores representatividades possam participar de um rodízio, participem como suplentes.  
335 O candidato cita o trabalho da Comissão de Tomada de Contas, identificando problemas de gestão, citando  
336 o COFECON/PE e situações de irregularidades como ocorridas no CORECON/MT, essa Comissão, nosso  
337 Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega também faz parte. Passa rapidamente pela Comissão de  
338 Licitação e na Comissão de Planejamento Estratégico quer torná-la parceira das outras comissões com a  
339 ideia de gestão por meritocracia. A comissão de Normas e Legislação atuante na revisão de normas e  
340 procedimentos. Na Comissão de Fiscalização e Registros, defende fazer aumentar o número de registros de  
341 economistas e o número de processos de fiscalização da profissão. Novos espaços para discussões no  
342 SINCE e realizar trabalho na divulgação de dados das Ciências Econômicas, atuação nos concursos,  
343 exemplificando que a vaga para economistas em comparação aos administradores se dá em uma média de  
344 um para cinco. A Comissão de Políticas Econômicas mereceu um elogio e prega ainda a consolidação do  
345 COFECON em um debate em relação a Planejamento Estratégico. Criar no COFECON um departamento  
346 de estatística e desenvolvimento econômico, auxiliar nas inserções na mídia, um funcionário que possa  
347 preparar gráficos materiais que possuam uma análise mais elaborada do que se irá apresentar. Continuidade  
348 à Comissão de Educação, continuar com os Prêmios Brasil de Economia, passando a premiar também  
349 trabalhos econômicos ainda no ensino médio; discutir com o SINCE o curso de educação financeira nas  
350 escolas, a evolução da representação nos cursos da ANPEC, aproximação com a FENECO. Trabalhar na  
351 reabertura de cursos de Economia, em especial no Estado do Amapá onde hoje, não existe mais, contato  
352 com o Ministério da Educação nesse sentido. Também a inserção de disciplinas optativas nos cursos de  
353 Economia, a ANGE podendo contribuir para evitar a migração dos alunos de economia para outros cursos,  
354 sugere um trabalho que possa ser realizado ainda no primeiro semestre de economia pelos CORECONS  
355 para estimular os alunos a permanecer nas Ciências Econômicas. Miragaya ainda relatou a Comissão de  
356 Comunicação e Eventos, o fortalecimento e a consolidação da Revista Economistas, aumentar a tiragem de  
357 dez para cinquenta mil exemplares por edição, buscando patrocínios para a realização. Estimular a criação

358 de um Conselho Editorial de Notáveis que possam contribuir para a revista. Outra proposta apresentada é a  
359 formação de uma rede de Assessores de comunicação do sistema COFECON/CORECONs.  
360 Acompanhamento da Comissão de Direitos Regionais, criar um núcleo de trabalho para disponibilizar aos  
361 Conselhos que não tem sede própria, atuar junto a Secretaria de Patrimônio da União na cessão de espaços  
362 aos Conselhos. Outra proposta citada é a de realizar cursos de perícia e de finanças e outros nos Conselhos,  
363 este de grande demanda. Outra proposta do candidato é a parceria com entidades dos economistas, como a  
364 OEB, dos estudantes, FENECO, apoiar o CORECON Acadêmico, e desenvolvê-lo nos Estados que ainda  
365 não possuem além do incremento das Empresas Junior nas faculdades de Economia. Em seguida o  
366 presidente Sergio Hardy cita os nomes dos conselheiros para mais questionamentos ao candidato. O  
367 conselheiro Paulo Brene pede a palavra e cita com esse plano de trabalho elaborado juntamente com o atual  
368 presidente Paulo Dantas, qual a dificuldade de formar uma chapa única? Seria ideologia político-partidária?  
369 O candidato Miragaya responde que ainda não existe uma candidatura oficial, pode ser que até o dia do  
370 pleito, 12 de dezembro muita coisa pode mudar, inclusive relatando uma situação em que o próprio Paulo  
371 Dantas abdicou em uma oportunidade a outro candidato, tornando-a única opção à época. Voltando ao  
372 pleito ele não descarta a possibilidade de chapa única, mas em contrapartida cita como ficariam o grupo que  
373 o apoia e o grupo que apoia o outro candidato. O conselheiro Marcos Kruse volta a perguntar sobre o que  
374 ele havia dito, na oportunidade através da meritocracia, o candidato respondeu que tem que ser imune.  
375 Quanto a posição político-partidária o COFECON se consolidou e mesmo com o atual cenário e a  
376 avalanche de notícias dos jornais, dos telejornais o COFECON não se posiciona junto à mídia. Prega essa  
377 isenção sem vínculo partidário. Voltando à meritocracia, diz-se ciente com o planejamento estratégico e que  
378 sejam melhor avaliados, cita o modelo que ajudou a aplicar no CORECON/DF e colheu resultados  
379 satisfatórios através dos méritos. O conselheiro Celso Bernardo pergunta: - Candidato já tem Vice em sua  
380 chapa? Julio Miragaya responde que essa questão havia sido mencionada ao presidente do CORECONPR,  
381 Sérgio Hardy, e debatida com Paulo Dantas e os presidentes dos CORECONs dos Estados do Mato Grosso,  
382 Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba há três meses e houve entendimento em  
383 indicar o Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega e que conversando com o Presidente Sergio Hardy,  
384 estávamos perto do XXI CBE não informaria essa indicação para não contaminar e prejudicar o Congresso,  
385 trazendo até prejuízo. Comprometeu-se em não divulgar e trouxe a plenária essa informação, a sugestão de  
386 Bega como vice espera ansiosamente o apoio do CORECONPR no pleito. Neste instante novamente o  
387 Conselheiro Vitalício Ario Tabora Dergint reformula a mesma pergunta efetuada ao candidato anterior no  
388 sentido de que não sendo economista, mestrandos e doutorandos em economia poderiam ser filiar ao  
389 Conselho. Miragaya responde que esse assunto é discutido há muito tempo, na opinião pessoal não podem  
390 se registrar nos Conselhos e exemplificam os casos de Maria da Conceição Tavares, Mário Henrique  
391 Simonsen, Pedro Malan que em muito contribuíram para a economia do país sem serem registrados em  
392 quaisquer Conselhos. E na outra parte também ocupam o mercado de trabalho de não economistas, visto  
393 que na maioria das universidades economistas atuam em outras cadeiras, e o estrago dessa situação parece  
394 ser pequeno de tal forma que o contrário também teria pouco impacto, cita que o economista não se pode  
395 filiar ao CREA mesmo atuando na engenharia, mas essa discussão tem que ser discutida mais o fundo com  
396 as bases, não simplesmente em simpósios. O Conselheiro Vitalício Ario Tabora Dergint volta a perguntar  
397 sobre meios de aumentar as receitas dos Conselhos. O candidato responde que nas contrapartidas, voltando  
398 ainda na questão anterior, os economistas exercem outras atividades e o CREA, por exemplo, multa, logo  
399 nossa fiscalização também seja atuante. O Conselheiro Vitalício Ario Tabora Dergint pergunta se ele sabe  
400 há quanto tempo o Projeto de Lei está com o Senador Romero Jucá para apresentação e votação. Miragaya  
401 responde que está há seis meses e que o PL está tramitando há oito anos. O presidente Sérgio Hardy  
402 interpela o conselheiro Antonio Agenor Denardi e outros que precisam sair da sessão plenária mais cedo. A  
403 conselheira Silvana Busnello Vaz pergunta ao candidato o que fará para aumentar o número de registros  
404 nos Conselhos, qual sua estratégia? Miragaya responde que a dificuldade é manter hoje o aluno na  
405 graduação, um trabalho deveria ser realizado desde o ensino médio estimulando o curso de economia, a  
406 campanha do COFECON este ano com o tema 'Vamos falar de amor' exprime exatamente isto, busca  
407 mostrar os ramos que a economia desenvolve e os rumos que o estudante possa exercer no futuro. Um  
408 estudo logo no primeiro ano de economia onde a parte teoria em muitos casos fazem os estudantes



409 migrarem para outros cursos, trazer para perto a FENECO e aumentar a participação dos CORECONs junto  
410 ao meio acadêmico. O presidente Hardy chama o conselheiro Luis Alberto Ferreira Garcia que acata os  
411 questionamentos do candidato, mas complementa que para ocorrer aumento do número de registros nos  
412 conselhos, necessita-se de ações nos cursos de economia, também olhar mais de perto o que os  
413 CORECONs estão fazendo a respeito, sugere a criação de um fórum permanente dos coordenadores dos  
414 cursos de economia, para minimizar a evasão do curso nos primeiros anos. Miragaya promete levar a  
415 ANGE, inclusive citando um fórum que participou recentemente no Estado do Tocantins, onde os  
416 participantes na maioria alunos, dizem não se identificar com o curso, explica que falta sensibilidade aos  
417 professores de economia em ter o compromisso de preservar os alunos em detrimento a evasão para  
418 Ciências Contábeis ou Administração. Luis Alberto Ferreira Garcia volta a falar da conotação político  
419 partidária onde no último SINCE realizado no Estado de Goiás também não foi aprovada a Carta, no XXI  
420 CBE houve muitas discussões e como conciliar isto? Não seriam demonstrações político partidárias? Como  
421 ver a posição do COFECON em relação à política econômica, por exemplo. O presidente Hardy interrompe  
422 e analisa quem vai se ausentar antes do término da Plenária, sugere ficar um pouco. O candidato retoma o  
423 raciocínio e cita a Carta de Curitiba, claramente cita que ocorreu um erro na sua finalização, culpa o tempo  
424 curto devido a premiações que ocorreriam no CBE em seguida da leitura da carta, deveria ter tido mais  
425 tempo, tanto na elaboração como na sua discussão, menciona que se fosse lido trecho a trecho sendo  
426 discutida em seguida, não causaria tanto alvoroço como a discussão em relação a o Stédile (João Pedro  
427 Stédile – MST), o que São Paulo tentou demonstrar. Faltou tempo para rediscutir a carta, inclusive sugeriu  
428 ao Paulo Dantas mais tempo para esse importante feito. Quem lê a carta pode se certificar que não há  
429 nenhuma conotação político partidário e sim, críticas à análise da atual conjuntura econômica, refletindo  
430 posições quanto à política monetária. Outro tópico abordado pelo candidato é em questão a federalização.  
431 Considera justo o atual sistema e atende os oito principais Conselhos grandes e médios, a apresentação de  
432 duas novas propostas, uma com representação dos vinte e sete Estados tornar-se inviável hoje e o outro  
433 modelo com os oito principais Conselhos, mais um sistema de rodízio entre os demais Conselhos,  
434 dividindo-os entre efetivos e suplentes. Outro detalhe que o candidato não deixou passar foi a questão da  
435 modificação do ensino das ciências econômicas que está em descenso e adaptar a realidade dos alunos ao  
436 mercado de trabalho, cita disciplinas como cálculo I e II e às vezes até III como uma das principais causas  
437 da evasão dos alunos logo no início, estes, alegam migrar para cursos mais fáceis. Outro fato abordado pelo  
438 candidato Julio Miragaya é em relação ao PL 658/07 e a discussão de trazer outros profissionais ao registro  
439 nos CORECONs, qual o real risco disso, além do marketing utilizado hoje por algumas instituições na  
440 nomenclatura de cursos que em sua raiz possui 80% do conteúdo de economia, e é utilizado contra o  
441 estigma que a economia se apresenta hoje. Sugere que essa discussão seja levada ao SINCE para melhor  
442 análise. O presidente Sergio Hardy pede ao candidato passar para as considerações finais. O conselheiro  
443 Antonio Agenor Denardi por motivo de saída formaliza o voto por escrito e entrega ao presidente da  
444 plenária, outros conselheiros também formalizam dessa maneira. Nas considerações finais o candidato  
445 Miragaya relata que não é uma candidatura pessoal, ela é fruto de uma discussão que vêm desde o início do  
446 ano, além do atual presidente Paulo Dantas, vários outros conselheiros do COFECON citando a comissão  
447 de tomada de contas e seu representante José Machado, do Rio Grande do Sul, o próprio Conselheiro  
448 Federal Odisnei Antonio Bega, o conselheiro Róridan Assunção, Melki, representante da Paraíba além de  
449 um grupo grande de conselheiros que possui grande identificação. Relata ainda que possui autonomia e  
450 independência para o cargo, capacidade técnica, tempo e disposição para o trabalho coletivo. Está apto de  
451 muito deseja. Por que a indicação do Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega como vice? Relata que foi  
452 desejo do grupo além do empenho dele (Bega) no trabalho na comissão de tomada de contas onde é  
453 agregador do colegiado, comprometido com o trabalho e relator de vários processos, e que desejaria contar  
454 com os colegas desta Plenária no apoio, endossando com a indicação do vice. MUITO OBRIGADO.  
455 (aplausos). Retomada pelo presidente Sérgio Hardy iniciar imediatamente o debate, após a saída do  
456 candidato da sala. O voto por escrito do conselheiro Antonio Agenor Denardi lhe é entregue, não o abre.  
457 Relata que ele, o presidente, juntamente com o vice Eduardo Moreira Garcia sentiram-se muito  
458 pressionados pela composição das chapas, relatou ainda que em algumas oportunidades esteve na cidade de  
459 São Paulo cordialmente visitar o seu presidente e em um desses encontros foi convidado para um almoço,

460 pelo presidente do CORECONSP, no almoço compareceram o presidente da OEB e mais o candidato  
461 Machado. E antes de tudo o presidente da OEB pergunta ao presidente: em quem o Paraná vai apoiar nesta  
462 eleição? Sérgio achou indevido o questionamento logo de início, após o feito falou com o vice Eduardo  
463 | Moreira Garcia, relatando a situação, mas que não expressou nenhum voto favorável, em contrapartida a  
464 situação do outro candidato, Julio Miragaya também causou desconforto no sentido que o convite ao  
465 Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega a ser vice na chapa não havia sido feito qualquer consulta ao  
466 CORECONPR. O presidente Hardy complementou ainda que fizeram a manifestação no XXI CBE sem a  
467 participação de qualquer representante do Paraná. A conselheira Andrea Prodhol à exemplo do conselheiro  
468 Denardi, vota por escrito, fecha e entrega seu voto ao presidente. O presidente não vê um candidato ideal  
469 para o COFECON, pelo desfecho antes do debate, o vice-presidente Eduardo Moreira Garcia também  
470 compactua com a posição do presidente. Passado o congresso, hoje, ele admite que ele e o Eduardo não têm  
471 seu candidato, mesmo com a informação de indicação do Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega.  
472 Anteriormente a prioridade havia sido o XXI CBE e não se deixaram contaminar, quanto ao debate, relata  
473 que o discurso dos dois candidatos é muito parecido, reflexão muito bem observada e alerta a plenária de  
474 que o que ela (plenária) decidir vai ao Brasil inteiro e prega um consenso da plenária nesta noite, se juntem,  
475 pensem bem em dar o aval a um dos dois nomes ou até deixar o CORECONPR neutro na disputa. Reflitam  
476 com profundidade, e cita o caso no CORECON/PR em que se uniram as forças e o resultado está sendo  
477 bom até o presente momento. Sérgio opina que defenda chapa única. O ex-presidente Luiz Antonio Rubin,  
478 pede a palavra e pergunta ao Conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega havia comunicado o convite do  
479 candidato Miragaya anteriormente a presidência do CORECONPR. Sim, recentemente. O presidente passa  
480 a palavra ao Conselheiro Vitalício Ario Tabora Dergint que relata que gosta da pessoa do Conselheiro  
481 Federal Odisnei Antonio Bega e que a decisão do candidato Julio Miragaya é de forçar a situação do  
482 CORECONPR apoiá-lo. O presidente pede ordem, retomando o Conselheiro Vitalício Ario Tabora  
483 Dergint relata que o Miragaya fez forçar a situação do CORECON/PR em apoiá-lo e que em outro assunto  
484 de que não é favorável a absorção de doutores e mestres em outros níveis nos Conselhos Regionais, o outro  
485 candidato pareceu mais racional. Sérgio passa a palavra ao Conselheiro Luis Alberto Ferreira Garcia que  
486 informa que as questões que ele faria já foram contempladas por outros conselheiros, passando a palavra ao  
487 Conselheiro Celso Bernardo que relata que ficou constrangido com o feito. Machado desde o início de sua  
488 fala, falou de sua chapa, seu candidato a vice. E o Miragaya somente no final e após a insistência da  
489 plenária. O conselheiro Federal Odisnei Antonio Bega além das atribuições ao COFECON, ainda é vice-  
490 presidente do SINDECONPR, e dentre as várias atribuições do conselheiro e amigo Bega, ficou  
491 constrangido em saber que toda a plenária desconhecia o convite para composição da chapa. Celso relata  
492 ainda que não se sente à vontade em exprimir sua posição de apoio em relação aos candidatos, e com a  
493 plenária já esvaziada, pela saída de cinco ou seis membros, sugere suspender a votação e mantém-se  
494 constrangido com o conhecimento tardio da indicação. O presidente volta a palavra e relata defender ainda  
495 uma única chapa de consenso. A conselheira Maria de Fátima Miranda pede a palavra, mas é interrompido  
496 pelo conselheiro José Augusto Soavinski que abre sua decisão “vota Bega e Miragaya”, voltando à  
497 conselheira Maria de Fátima Miranda relata que os votos já entregues pelos que se ausentaram da plenária  
498 seriam prejudicados pelo não acompanhamento do relato que o presidente Sérgio Hardy acabara de fazer. O  
499 conselheiro José Augusto Soavinski relata que acha estranha à indicação do candidato Luiz Alberto Aranha  
500 Machado em relação a buscar seu candidato à vice no CORECON/PA onde existe um constante conflito de  
501 ideias e lideranças. Vê a autofagia que o Paraná sempre faz em relação a lideranças nacionais e agora seria  
502 o momento de aproveitar, através dessa indicação a vice. Relatou ainda que os dois candidatos são muito  
503 bons, mas com suas particularidades, e ao final diz –“ Bega meu voto é seu”. O Conselheiro Vitalício Ario  
504 Tabora Dergint relata que foi uma falta de respeito com o CORECON/PR. O presidente Sérgio Hardy  
505 passa a palavra ao Maurício Cadenas Prado que manifesta concordância às explicações do Conselheiro  
506 Vitalício Ario Tabora Dergint e segundo seu ponto de vista até que ponto o candidato Julio Miragaya não  
507 cita o nome do candidato a vice. O programa dele sem dúvida é mais objetivo e o Bega é um componente a  
508 mais. O Paulo Rogério Alves Brene relata que a situação dos conselheiros que já saíram e deixaram por  
509 escrito ao presidente suas intenções de voto torna-se delicada em virtude do não acompanhamento da fala  
510 do presidente logo após o debate. Em relação aos dois candidatos, relata que não conhecia o Machado e o

511 Julio foi seu contemporâneo de turma na faculdade no Rio de Janeiro, desde aquela época era participativo  
512 nos eventos, nos movimentos estudantis, apoiava inclusive a FENECO. No caso real de avaliarmos uma  
513 opção de nome dada para compor uma das chapas sem a totalidade de componentes do Rio de Janeiro e São  
514 Paulo é interessante, mas sugere não decidir nesta plenária. O presidente passa a palavra para o conselheiro  
515 Ronaldo Antunes da Silva que relata como o processo eleitoral está muito antecipado, e que acompanha há  
516 muitos anos, não descarta uma chapa de conciliação entre os dois candidatos. Unificar apoio ao Conselheiro  
517 Federal Odisnei Antonio Bega essa candidatura não é pela pessoa e sim deveria ter sido acolhida pelos  
518 ambientes, tanto do CORECON/PR quanto do SINDECON/PR, as indicações devem ser aclamadas por  
519 grupos de pessoas, e não convite unilateral a uma pessoa somente. Relata novamente que ainda que possa  
520 existir a possibilidade de uma chapa única. O Senhor Presidente retoma a palavra e espera que este tipo de  
521 debate ocorra sempre, todos os anos. Sugere também que a filmagem do debate, com posterior envio aos  
522 demais CORECONS. Sugestões acatadas pela Plenária. Após debate, os candidatos foram convidados para  
523 ouvirem a decisão da plenária. E fica decidido pela Plenária o não apoio a nenhum dos candidatos e sim a  
524 sugestão de uma composição de chapa única entre os pré-candidatos, através de documento a ser finalizado  
525 pelo ex-presidente Luiz Antonio Rubin. **3 - APROVAÇÃO DA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
526 **DE 2015, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2015:** O Senhor Presidente solicita aos presentes se  
527 existem considerações a serem feitas quanto à ata da quinta reunião ordinária de 2015, realizada em 13 de  
528 agosto de 2015, não havendo nenhuma manifestação fica aprovada. **4 - COMISSÃO DE ÉTICA: 4.1 –**  
529 **Proc. Adm. 030/2015, Econ. José Gilberto de Araújo: O Senhor Presidente Passa a palavra ao**  
530 **Assessor Jurídico do CORECONPR.** Dr. Rafael Souza Moro, que passa a relatar: Foi relatado pelo  
531 Procurador Jurídico Rafael Moro sobre qual seria o posicionamento a ser adotado perante a cobrança de  
532 anuidades, de Economista que teve seu registro suspenso em virtude de punição ético-profissional. Foi  
533 lembrado pelo Procurador que a Lei nº 12.514/2011 considera fato gerador das anuidades o registro, logo  
534 deveria ser cobrada a anuidade, em virtude de que a suspensão não altera o registro. De outro lado, não  
535 estaria o Economista no desempenho de suas atividades profissionais, e, portanto, conforme entendimento  
536 jurisprudencial, o não exercício comprovado de atividades não ensejaria a cobrança dos valores. Expostos  
537 os fundamentos a Plenária decidiu pela manutenção da cobrança de anuidades. **4.2 – Proc. Adm. 372/2015,**  
538 **Econ. Sinézio Eloi Gomes (Codiflex Ind. e Comércio de Manufaturados Ltda.);** 4.2.1- Designar relator  
539 – Portaria 022/2015. O conselheiro Ronaldo Antunes da Silva, presidente da Comissão de Ética, apresenta  
540 genericamente e diz que após idas e vindas deste processo, pede a nomeação de relator para o processo em  
541 questão, o presidente abre comentários e o próprio conselheiro Ronaldo Antunes da Silva se candidata para  
542 analisar este processo e prometendo analisar e trazer na próxima reunião plenária parecer. Após, fica  
543 homologado designado pela Plenária como relator, o Conselheiro Ronaldo Antunes da Silva, através da  
544 Portaria 022/2015. **5 - COMISSÃO DE EVENTOS: - 5.1.- Informe sobre o XXI Congresso Brasileiro**  
545 **de Economia – CBE 2015:** O Senhor Presidente passa a relatar os agradecimentos a todos os conselheiros,  
546 colaboradores e patrocinadores que se empenharam para o sucesso da realização do evento. Ao final  
547 informa que será distribuído mais uma pasta do CBE aos Conselheiros participantes da Plenária. **5.2 –**  
548 **Informe sobre a entrega do 25º Prêmio Paraná de Economia e 7º Premio Paranaense do Ano:** O  
549 Senhor Presidente informa que os prêmio foram entregues na solenidade de encerramento do XXI CBE.  
550 5.1.3 - Informe sobre o Projeto EnTenda de Economia: Dando continuidade, o Senhor Presidente informa  
551 que o projeto EnTenda de Economia foi realizados nas seguintes cidades: 13/08, Curitiba; 13/08, Maringá;  
552 13/08, Ponta Grossa; 13/08, Londrina; 13/08, Cascavel; 14/08, Francisco Beltrão e 17/09, Apucarana. **6 –**  
553 **COMISSÃO ELEITORAL: 6.1 – Informe sobre as Eleições 2015 do CORECONPR;** O Senhor  
554 Presidente passa a palavra, a Conselheira Silvana Busnello Vaz, membro da Comissão Eleitora de 2015 do  
555 CORECON a qual informa que tivemos somente a inscrição de uma chapa para o Pleito de 2015 do  
556 CORECONPR denominada “Avançando nas Conquistas” com os seguintes candidatos para o triênio 2016-  
557 2018. Conselheiros Efetivos são: Celso Bernardo, Marcos Kruse, Maria de Fátima Miranda e Mirian  
558 Beatriz Schneider Braun. Para Conselheiros Suplentes para o mesmo período: Ângela Aparecida Godói do  
559 Amaral Broch, Claudio Santana Shimoyama, Elhanã M. Moreira Farias e Luiz Alberto Ferreira Garcia. Para  
560 Delegado Efetivo no COFECON, Sergio Guimarães Hardy, e para Delegado Suplente no COFECON,  
561 Eduardo Moreira Garcia. **7 – HOMOLOGAÇÃO EM ad referendum DA PORTARIA 019/2015 –**

562 Reconduzir a Comissão Disciplinar composta por servidores do CORECONPR. O Senhor Presidente,  
563 solicita a inclusão de sub item de pauta neste assunto. Inclusão homologada pela Plenária. O Senhor  
564 Presidente, apresenta a Portaria 019/2015 a qual reconduz a comissão disciplinar composta pelos servidores  
565 do Conselho Regional de Economia da 6ª Região/Paraná, Rafael Souza Moro, Mauri Hidalgo e Mario  
566 Augusto Bialli, sendo seu presidente o Servidor Rafael Souza Moro, com a finalidade a abertura de  
567 Inquérito Administrativo nos termos do Artigo 148 da Lei 8.112/1990 em face de Tatiana Ribas Godoy,  
568 para apuração de infração do art. 132. Após, o Senhor Presidente coloca em votação, em ad referendum, a  
569 aprovação da Portaria 019/2015, sendo homologada pela Plenária. **7.1 – Decisão do Processo**  
570 **Administrativo Disciplinar em face de funcionária Tatiana Ribas Godoy:** O Senhor Presidente solicitou  
571 o relato pelo Procurador do CORECONPR, Dr. Rafael Souza Moro, sobre o processo administrativo  
572 disciplinar nº 368/2015, da funcionária Tatiana Ribas Godoy, o que teve por objetivo apurar a ausência da  
573 Funcionária supramencionada ao serviço, frente a possibilidade de abandono de emprego, nos termos do  
574 artigo 482 da Consolidação das Leis Trabalhistas c/c art. 132, II da Lei nº 8.112/90. O Procurador  
575 inicialmente requereu a saída do recinto de pessoas estranhas ao corpo de Conselheiros do CORECON/PR,  
576 em virtude da natureza sigilosa do processo e dos dados levantados. Foi relatado que a Funcionária esteve  
577 afastada do trabalho em virtude de recebimento de auxílio doença, o qual cessou em 12/01/2015, sendo  
578 objeto de recurso e reagendada nova perícia para o dia 18/03/2015, a qual manteve cessado o benefício  
579 previdenciário. Permaneceu por 63 (sessenta e três) dias afastada mediante atestado médico, vindo a ganhar  
580 alta no dia 19/05/2015, voltando ao trabalho 23 (vinte e três) dias após a alta, em 11/06/2015,  
581 permanecendo apenas 1 (um) dia. Por comunicação via e-mail relatou a impossibilidade de  
582 comparecimento em virtude de problemas de saúde. Permanecendo ausente ao serviço desde então  
583 (11/06/2015). Diante de tais fatos foi instruído o processo administrativo disciplinar, nos moldes da Lei nº  
584 8.112/90, visto o CORECON/PR tratar-se de uma autarquia federal, apesar do vínculo celetista da então  
585 funcionária, tendo seu transcurso dentro do devido processo legal, com a funcionária revel no processo. A  
586 título de justificativa à sua ausência ao serviço, foram encaminhados, pela Secretária da Médica responsável  
587 pelo atendimento da funcionária, Sra. Giselle Rocha, no dia 27/08/2015, 05 (cinco) atestados médicos do  
588 período compreendido entre 02 de junho de 2015 à 05 de outubro de 2015, portanto, atestados pré-datados e  
589 pós-datados. Os quais justificariam sua ausência ao serviço. Na sequência, foi nomeado defensor dativo, o  
590 Funcionário desta Autarquia, Dwan Martiningue. Com o fito de instrução do processo, foi encaminhado  
591 ofício à Médica subscritora dos atestados, Dra. Ana Paula Bacchi de Meneses, no intuito de esclarecer a  
592 situação médica da sua paciente e de justificativas que permitissem a datação retroativa e futura dos  
593 atestados, visto que tal conduta não é aprovada pelo Código de Ética Médica. Em resposta, a Dra. Ana  
594 Paula Bacchi, afirmou que os atestados médicos não são de sua autoria, indicando a comparação da  
595 caligrafia das assinaturas de outros atestados médicos juntados com a manifestação. Tomado o  
596 posicionamento da comissão processante do processo administrativo disciplinar, entendeu-se que houve a  
597 falsificação dos atestados médicos juntados aos autos, e conseqüentemente ausência de razões para o não  
598 retorno ao trabalho e assim abandono de emprego, nos termos do artigo 482 da Consolidação das Leis  
599 Trabalhistas c/c art. 132, II da Lei nº 8.112/90, sendo esta causa da demissão por justa causa da funcionária.  
600 O Presidente votou pela demissão por justa causa da funcionária, pelo abandono de emprego, nos termos da  
601 fundamentação do relatório final elaborado pela comissão de processo administrativo disciplinar, voto que  
602 foi acompanhado pela unanimidade dos Conselheiros presentes. **8 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO:**  
603 O Senhor Presidente passa a palavra, ao Conselheiro Maurício Cadenas Prado, presidente da Comissão de  
604 Fiscalização, que relata brevemente os processos administrativos de inscrições, que posteriormente são  
605 deferidos pelos membros da Plenária. **8.1 Inscrições: Registro Definitivo (deferidos):** Marcos  
606 Papazoglou, Reg.6040, UEL, Del. Curitiba; Gustavo De Paulo Athayde, Reg.7084, FAE, Del. Curitiba;  
607 Mauricio Gonçalves, Reg.8261, UNESPAR, Del. Apucarana; Luiz Philippe Dos Santos Ramos, Reg.8272,  
608 UEPG, Del. Curitiba; Irajá Massoni De Faria, Reg.8273, UEL, Del. Londrina; Paulo Cesar Mikosz,  
609 Reg.8274, POSITIVO, Del. Curitiba; Vinicius Aguilar Da Encarnação, Reg.8275, FAE, Del. Curitiba; Kati  
610 De Fatima S.Zielonca,Reg.8276,FESP,Del.Curitiba; Tiago Bastos,Reg.8277,UEM,Del.Maringá; Alci Ivan  
611 Comazzetto Junior,Reg.8282,FESP,Del. Curitiba; Beatriz Cassie Delfino De Lima, Reg.8283, UFPR, Del.  
612 Curitiba; Maximo Rigodanzo, Reg.8284, FAE, Del.Curitiba; Luciano Pedroso De

613 Castro, Reg. 8285, FAE, Del. Curitiba; João Luis Videira Oginski, Reg. 8287, FAE, Del. Curitiba; **8.2**  
614 **Inscrições: Registros sem diploma de Economista para Definitivo (transformação):** Robson Lara  
615 Moreira, Reg. 8132, Santa Cruz, Del. Curitiba; Edson Rodrigues Veloso, Reg. 8166, FESP, Del. Curitiba; **8.3**  
616 **Inscrições: Registros Sem Diploma:** Guilherme Kanning Oviedo, Reg. 8286, UFPR, Del. Curitiba; Leila  
617 Cristina Domingues Gomes, Reg. 8271, UENP, Del. Cornélio Procópio. **8.4 Transferência de Registro –**  
618 **Definitivo Economista:** Sinésio Eloi Gomes, Reg. 8279, UFSC, Del. Curitiba; **8.5 Registro de Estudantes:**  
619 Cristian Antonio Bachiega, Reg. E-1948, UEPG, Del. P. Grossa; Marco Aurelio Francisco Chagas Lima, Reg.  
620 E-1949, POSITIVO, Del. Curitiba; Patrick Alves Batista de Souza, Reg. E-1950, POSITIVO, Del. Curitiba;  
621 Giselle Oliveira da Costa, Reg. E-1951, UNIOESTE, Del. Cascavel; Guilherme Feiden, Reg. E-  
622 1952, Unioeste, Del. Cascavel; Rafael Pinheiro de Goes Costa, Reg. E-1953, UEL, Del. Londrina; Matheus  
623 Demambre Bacchi, Reg. E-1954, UEL, Del. Londrina; Eduardo Filipe Ferreira, Reg. E-1955, UEL, Del.  
624 Londrina; Caio Mitiyoshi Nakati, Reg. E-1956, Unioeste, Del. Cascavel; Odair Fernandes Faustino Junior,  
625 Reg. E-1957, UEPG, Del. Ponta Grossa; Tainá da Silva de Quadros, Reg. E-1958, UEPG, Del. P. Grossa;  
626 Marcos Paulo Oliveira dos Santos, Reg. E-1959, UEPG, Del. P. Grossa; Lizia Aparecida Antunes, Reg. E-  
627 1960, UEPG, Del. P. Grossa; Ellen Blum Yvamoto, Reg. E-1961, UEPG, Del. P. Grossa; **8.6 Renovação de**  
628 **Registro de Estudante:** Bruno Barros de Lima L. Tibério, Reg. E-1576, UNESPÁR, Del. Apucarana. E que  
629 devido ao avanço do tempo em relação das propostas dos pré-candidatos a presidência do COFECON,  
630 decidiu-se na Plenária, analisar os processos da parte de Cancelamentos e os Processos da Fiscalização  
631 em uma próxima Reunião Extraordinária em data a ser definida. **9 – ASSESSORIA JURÍDICA,**  
632 **EXECUÇÕES FISCAIS, RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÕES:** O Senhor Presidente passa a  
633 palavra ao Assessor Jurídico do CORECONPR, Dr. Rafael de Souza Moro, que passa a relatar: Recentes  
634 decisões do Tribunal Regional Federal da 4º Região, sobre o entendimento dominante da fluência do prazo  
635 de prescrição das anuidades profissionais. Apesar da teoria adotada administrativamente pelo  
636 CORECON/PR, sobre o início do prazo de prescrição apenas após decorrido o prazo decadencial, este  
637 último a contar do 1º dia do ano seguinte ao vencimento das anuidades, para então ter-se a fluência do prazo  
638 prescricional, o entendimento jurisprudencial tem sido outro. Entendem os tribunais superiores, em especial  
639 o TRF4, que o prazo de prescrição já inicia com o vencimento das anuidades, no dia 31 de março de cada  
640 ano e assim, tem-se 05 anos para efetivar-se a cobrança judicial ou administrativa. Nesse caminho,  
641 solicitou-se à Plenária autorização para o reconhecimento administrativo das anuidades prescritas, em  
642 consonância com o entendimento jurisprudencial, bem como com apoio no Código Tributário Nacional e  
643 Lei nº 9.469/97, em seu art. 1º-C, o qual autoriza uma vez verificado a prescrição do crédito, ao  
644 representante judicial da União, das autarquias e fundações públicas federais não efetivar a inscrição em  
645 dívida ativa dos créditos, nem ao ajuizamento, desses tributos prescritos. O Presidente relata e pergunta se  
646 há alguma objeção na Plenária, não havendo, aprova-se por unanimidade. **10 – PEDIDO DE RENÚNCIA**  
647 **E SUBSTITUIÇÃO DO DELEGADO REGIONAL DE TOLEDO:** O Senhor Presidente relata que a  
648 delegada de Toledo – Mirian Beatriz Schneider Braun, anteriormente citada na chapa concorrendo como  
649 conselheira efetiva, solicitou seu afastamento e regularizando sua saída da delegacia de Toledo, informado  
650 pela gerência executiva à Plenária. Com essa renúncia o presidente coloca aos conselheiros o nome do  
651 economista Dr. Cristiano Stumm para substituí-la. Abre votação, sendo homologada pela Plenária. **11 -**  
652 **ASSUNTOS GERAIS: 11.1 – Notícias do COFECON:** Devido ao tempo, item não foi relatado. **11.2 -**  
653 **Pedido de apoio financeiro da UEM/Maringá para a XXX Semana do Economista da UEM, 11 a 13**  
654 **de novembro de 2015:** O Senhor Presidente lembra a Plenária que a referida Universidade já beneficiou  
655 de parte do recurso, conforme resolução 018/2010, sendo, caso ainda aceitem, somente a diferença de sua  
656 cota para custeio das despesas, uma vez que pela Resolução, parte da verba destinada a esta instituição já  
657 fora utilizada no ano de 2015. O Conselheiro Antonio Agenor Denardi pede a palavra e pede que relevem  
658 essa posição independentemente da verba anteriormente repassada. Cita as maiores universidades públicas  
659 do interior, além da UEM, a UEL a Unioeste e explana um tratamento diferenciado a estas IES,  
660 diferentemente a dada a Universidade de Laranjeiras do Sul, em primeiro lugar a ida do Economista Gilmar  
661 Mendes Lourenço à Maringá engrandece o trabalho do CORECONPR no Estado, mas pede que seja  
662 repensada essa verba custada, na tentativa de repassar integralmente o valor solicitado, R\$ 1.500,0 (um mil  
663 e quinhentos reais). O presidente novamente pede a palavra e pergunta a gerência executiva se a verba foi

664 toda tomada, ou foi repassado parte, ou o que ainda falta repassar. Existe uma resolução em vigor e que o  
665 conselheiro Antonio Agenor Denardi ainda queira discutir o fato. O conselheiro Denardi mais uma vez,  
666 pede que as despesas anteriores sejam excluídas da cota que a UEM tem de direito. O presidente discorre  
667 que prefere analisar com mais parcimônia, pois no final das contas é ele quem assina. Diz confiar no  
668 trabalho dos colaboradores do conselho, mas não quer votar apressadamente o feito. Podem-se abrir  
669 precedentes, sugere revisão do regimento em vigor. O Conselheiro Paulo Rogério Alves Brene pede a  
670 palavra e que conste na Plenária que a citação de que universidades ditas menores – Laranjeiras do Sul, por  
671 Conselheiro Denardi, e aí inclui a UENP de Cornélio Procópio, mas estatisticamente demonstra que a  
672 participação dos alunos dessas instituições é até talvez maior do que as citadas grandes do interior. O  
673 Conselheiro Denardi novamente interpela e que essas instituições maiores possuem entre seiscentos e  
674 setecentos alunos e uma média de cento e oitenta contribuem para o Conselho, cita que compará-las  
675 unicamente, é o que se faz no tratamento no Brasil nos dias de hoje. Frisa que as quatro maiores instituições  
676 do interior do Estado, mais a UFPR tem que possuir um peso diferenciado sim. Assim sendo, sugere a  
677 retirada da pauta a ser incluída na próxima reunião Plenária. O presidente novamente dá os parabéns ao  
678 conselheiro Denardi pelo empenho na comissão de fiscalização, e elogia o trabalho realizado. Acata os  
679 relatos dos dois conselheiros e sugere também discutir na próxima Plenária, finalizando em outra solução.  
680 Sugestão acatada pela Plenária. **11.3 - Pedido de apoio financeiro da UFFS/Laranjeiras do Sul para**  
681 **pagamento das despesas com viagens de palestrantes (ad referendum):** Pedido da pasta e projetado. O  
682 Presidente pede votação da solicitação do repasse que a mesma tem em sua cota, e põe em votação. Por  
683 unanimidade a Plenária vota a favor. **11.4 - Palavra aberta aos conselheiros e convidados:** Item não  
684 relatado. **11.5 - Próxima reunião plenária em 06 de novembro de 2015 (sexta-feira):** Conforme  
685 calendário aprovado anteriormente fica definido que a próxima Reunião Plenária será no dia 06 de  
686 novembro de 2015. **12. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, o Senhor Presidente agradece presença  
687 de todos e às vinte e três horas dá por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Gilberto Coelho de Miranda  
688 Junior, Assessor da Presidência, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinado por mim,  
689 pelo Presidente e Gerente Executivo do Conselho Regional de Economia da 6ª Região/PR. Curitiba, ao  
690 vigésimo quinto dia do mês de setembro de 2015.

691

692

693

694 Sérgio Guimarães Hardy

695 Presidente

696

697

698

699 Amarildo de Souza Santos

700 Gerente Executivo

701

702

703

704 Gilberto Coelho de Miranda Junior

705 Assessor da Presidência